

O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO MEDIADOR DESSA RELAÇÃO.

THE OPERATION OF THE SCHOOL AND THE ACTING OF THE PSYCHOLOGIST:
THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT AS THE MEDIATOR OF THIS RELATIONSHIP.

Amanda Antunes Miranda¹ Cibele Maria Gouveia de Vasconcelos² Veriana de Fátima Rodrigues Colaço³

Resumo

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola constrói-se a partir da reflexão sobre as suas finalidades, bem como explana o seu papel social e define caminhos e ações a serem compreendidos na dinâmica escolar. Reunindo crenças, conhecimentos sobre o contexto social e científico, o PPP constitui-se como um compromisso pedagógico e político para com a sociedade. O presente estudo objetiva refletir sobre o papel do PPP na construção do campo de atuação da Psicologia Escolar, denotando a mediação necessária entre a proposta pedagógica da escola e atuação do Psicólogo. Trata-se de um relato de experiência, decorrente de um trabalho realizado na disciplina Psicologia Escolar/Educacional II, que consistiu em visita e entrevistas em uma escola estadual de educação para surdos, localizada na cidade de Fortaleza/CE. A metodologia de perspectiva qualitativa pautou-se em revisão bibliográfica, observação da escola e entrevista com alguns profissionais da instituição. Foi possível compreender as formas que a educação especial potencializa o desenvolvimento de alunos com surdez, assim como avaliar a relevância da Psicologia Escolar nesse contexto. Tal experiência apresentou-se como uma oportunidade de refletir sobre a relação entre a psicologia e a educação, analisando os padrões educacionais vigentes, possibilitando outro olhar crítico sobre eles.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; projeto político pedagógico; educação especial.

Abstract

The Pedagogical Political Project (PPP) of a school is built based on the reflection about its finalities, as well as it explains the social role and it defines the paths and actions to be comprehended in the school dynamics. Gathering religions and knowledges about the user community even as the scientific and social context, the PPP constitutes as a pedagogical and political compromise with the society. The current study objectives to reflect about the PPP's role of constructing an operation field of the Educational Psychology, denoting a needed mediation between the school's pedagogical purpose and the psychologist's work. It consists in an experience report from an academic work during the Scholastic/Education Psychology II course. All work was based on visits and interviewers in a public school, specialized in education for deaf students, located in Fortaleza, Ceará. The methodology of qualitative perspective consists in literature review, school observation and interviews with school's employees. Then it was possible to comprehend the ways that the special education enhances the deaf students' development and the Education Psychology's relevance. This experience showed as an opportunity of reflecting about the relationship between psychology and education by analyzing a way of criticizing the current education standards

Keywords: Education Psychology; Pedagogical Political Project; special education.

¹ Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PID) da UFC. E-mail: amanda.antunes12@hotmail.com

² Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PID) da UFC. E-mail: cibelegv@hotmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona (UB/ES). Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação Brasileira. Membro do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança - NUCEPEC/UFC e do Grupo de Pesquisa Ludicidade, Identidade e Discurso nas Práticas Educativas - LUDICE/UFC. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Linguagem, Práticas Culturais e Cidadania. E-mail: verianac@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Psicologia Escolar e Educacional II do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A partir da proposta da disciplina, foi solicitada a escolha de um ambiente educacional para conhecer e observar o seu funcionamento e a relação com o Projeto Político Pedagógico (PPP), com o propósito de compreender a implicação desse processo para a atuação no campo da Psicologia Escolar. Também se pretendeu integrar essa experiência na escola aos textos e discussões realizadas em sala de aula. Nesse sentido, a visita deu-se em uma escola estadual de educação especial para surdos, na cidade de Fortaleza/CE, objetivando conhecer uma proposta diferente de educação, no caso, para pessoas com deficiência auditiva.

Dessa forma, objetivou-se compreender a atuação da escola e do psicólogo, mediados pelo PPP, partindo-se do pressuposto de que a escola assume significativa importância para a formação do homem, haja vista ser uma instituição que concretiza a ação social na prática do cotidiano, a partir da sua ação mediadora com o meio (Almeida, 1998). Ou seja, auxilia a inserção do sujeito em sua sociedade ao transmitir não só conceitos teórico-científicos, mas (re)produzir valores, crenças e posicionamentos político-econômico-sociais que contribuem para a formação humana dos que dela participam. Nessa perspectiva, o conhecimento do PPP é uma forma de compreender não só o papel educativo da escola, mas também a sua repercussão na atuação da psicologia nesse âmbito, haja vista representar o maior guia da instituição. Isto é, o PPP apresenta as perspectivas teóricas, os objetivos, o planejamento e as estratégias a serem operacionalizadas na instituição (Betini, 2005; Pinheiro, 1998; Veiga, 1998; 2003).

Posto isto, a oportunidade de visitar uma instituição de educação especial para surdos mostrou-se como uma forma eficiente de articular o conteúdo abordado na universidade com a realidade de determinado campo de estudo, possibilitando, assim, uma *práxis* mais coesa para os alunos da graduação, futuros profissionais da psicologia. Ademais, permitiu conhecer o funcionamento da escola e a atuação do psicólogo nesse tipo de instituição, a partir da mediação com o PPP, e, assim, inferir de forma crítica os padrões educacionais vigentes, possibilitando outro olhar sobre eles. Ademais, permitiu entender como a construção e o uso do PPP podem atuar como *link* para um (re)pensar sobre a atuação e o papel do psicólogo nesse processo.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolveu-se com uma metodologia de perspectiva qualitativa, utilizando-se de observação e entrevistas semiestruturadas com os profissionais que se dispuseram a participar, a saber: a assistente social, a estagiária de pedagogia, um dos Tradutores-Intérpretes de Libras (TIL'S), o coordenador pedagógico e a diretora da instituição.

Teve como objetivo principal conhecer uma instituição destinada à educação, isto é, sua visão de educação e de alunos, e características gerais, a fim de observar o funcionamento e orientação pedagógica da escola e a atuação do profissional de psicologia, bem como conhecer e discutir sobre o PPP da escola (seu processo histórico, seus referenciais teóricos, sua aplicação atual e avaliação), observar o espaço físico e o social do local, conhecer a equipe gestora da escola.

Os dados foram analisados com base em uma revisão bibliográfica dos textos discutidos em sala de aula, somando-se a isso as reflexões geradas durante a disciplina de Psicologia Escolar/Educacional II.

A ESCOLA COMO CAMPO DE ESTUDO: LIMITES E AVANÇOS

Atualmente, a escola é a única instituição pública Estadual do Ceará destinada exclusivamente para a Educação dos Surdos, além de receber alunos com outras comorbidades e, na época da visita, estava com 52 anos de funcionamento. A estrutura curricular e a carga horária são as mesmas do ensino regular da Rede Escolar Estadual, tendo como diferencial a disciplina Libras, a qual está presente em todas as turmas da escola e é ministrada por professores surdos.

Durante a visita, percebeu-se pelas informações colhidas nas entrevistas que um dos grandes limites da instituição é a carência de professores bilíngues, ou seja, aqueles que dominam a língua portuguesa e também a Libras. Todos os professores contratados pela instituição têm que possuir alguma especialização na área de educação especial, entretanto, saber se expressar por meio da Libras não é um pré-requisito. A língua oficial da escola é a de sinais, mas, tendo em vista que as aulas são lecionadas nas duas línguas, é imprescindível que haja um tradutor-intérprete das línguas de sinais (TIL'S) para cada professor que não possui o domínio da Libras.

A questão do intérprete configura-se como outro limite na prática cotidiana do ensino dos deficientes auditivos na instituição, haja vista que a formação de um TIL'S demora em torno de quatro anos. Um dos desafios principais é a qualificação de todos os profissionais da instituição em Libras, pelos motivos supracitados.

Um tema também abordado durante as entrevistas foi a limitação de avaliações bilíngues para surdos em concursos públicos e vestibulares. Nessas provas, há a presença de intérpretes, mas por ser uma língua interpretada e não traduzida, haveria uma diferenciação de compreensão para cada interpretação feita, por exemplo.

Outro grande desafio para a prática educacional na instituição é a limitação de verbas, que segundo os funcionários, inviabiliza o investimento em projetos da escola, assim como a reforma do espaço físico.

Apesar das dificuldades e desafios encontrados, as conquistas representam grandes avanços para a instituição. Embora, como dito acima, ainda haja profissionais não capacitados, o número de profissionais surdos com qualificação para o ensino com esse público aumentou nos últimos anos. A implantação de provas bilíngues também surgiu na escola, de forma a aprimorar a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos, assim como a produção de material pedagógico bilíngue, com disponibilidade de recursos visuais, sendo muitos deles gravados no estúdio da própria instituição, como histórias infantis encenadas por profissionais e alunos. Outro importante avanço foi a implantação do Ensino Médio e do curso preparatório para o vestibular.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO: UM MERO “RESOLVEDOR” DE PROBLEMAS?

A referida instituição, embora em épocas passadas já teve a presença de psicólogos, atualmente não possui serviço de psicologia, assim, não há uma contribuição real da área que os profissionais entrevistados pudessem recorrer. Os profissionais entrevistados, no entanto, foram indagados acerca de qual seria a relevância da presença do psicólogo na escola. Assim, obteve-se como respostas: a necessidade de orientar os pais que, desinformados sobre a condição dos filhos e sobre a melhor forma de lidar com eles, os excluem do convívio, causando desarticulação familiar; a ajuda com estudantes que sofrem com outras comorbidades além da surdez, no sentindo de fazer atendimentos na escola; a promoção de atividades de aprendizagem; o controle

de alunos hiperativos e de alunos agressivos; o trabalho de orientação aos próprios estudantes que, como foi ressaltado pela estagiária de pedagogia, também passam pelos problemas que comumente são esperados na infância, como brigas e desentendimentos com os colegas, e na adolescência, como relacionamentos amorosos e uso de drogas.

Nesse sentido, sugere-se que a percepção da relevância do psicólogo nesse espaço é a de um “resolvedor” de problemas, servindo ao que Rocha (1999) critica como sendo função do psicólogo em uma instituição:

[...] as expectativas de trabalho frente ao modelo pedagógico não se distanciam muito do enfoque introduzido a partir do modelo clínico, já que cabe ao psicólogo restaurar os vínculos estabelecidos por professores e alunos com o processo de aprendizagem, desenvolvendo uma ação frente aos chamados problemas de aprendizagem ou, antes, implementar novas tecnologias pedagógicas mediante o acompanhamento sistemático da metodologia e da programação curricular. O psicólogo deve, então, fazer diagnósticos das deficiências de aprendizagem do aluno e/ou da metodologia utilizada pelo professor no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, introduzindo novos conhecimentos e técnicas de ensino.

Os profissionais entrevistados elencaram a categoria dos psicólogos à responsabilidade de lidar com questões que surgem na escola ou que, em alguma medida, ela se implica. No entanto, para pensar em que contexto e de que forma tal profissional pode atuar é preciso primeiro entender quais funções o psicólogo pode exercer no âmbito da educação.

Ao longo da história do desenvolvimento da psicologia, o campo de estudo da psicologia escolar apresentava indefinições que tornavam a atuação do profissional da área um misto de avaliador e clínico. As respostas à pergunta “o que deve/pode fazer o psicólogo na escola?” se dividiam em dois polos: ser um psicólogo clínico na escola ou ser um psicólogo organizacional da instituição escolar. Sob essa ótica, Angeló (1984) pontua que, se o psicólogo assume a postura de um psicólogo organizacional sua atuação será direcionada para o diagnóstico de problemas institucionais, sem implicação com as questões de ensino e aprendizagem. Uma vez tendenciado à área clínica, o psicólogo nortearia sua atuação, dentro das instituições de ensino, por meio da doutrina médica “onde os problemas são equacionados em termos de saúde x doença, o que na escola se retraduz como problemas de ajustamento e adaptação” (Angeló, 1984, p. 43).

Nesse viés, elencam-se ao psicólogo dois grandes “poderes”: o de “salvador” e o de “autoritário”. Na primeira posição, o psicólogo é posto pela instituição como sendo capaz de resolver todos os problemas que a escola apresenta, assim, “fica o papel do psicólogo investido de um caráter onipotente, uma vez que seria o portador de soluções mágicas e prontas para as dificuldades enfrentadas” (Angeló, 1984, p. 43). Na segunda, o psicólogo é posto como sendo um tipo de juiz capaz de decidir quais pessoas são adequadas ou adaptadas à instituição, o que acarreta um distanciamento do psicólogo e uma resistência frente a sua atuação. Entendendo que tanto esse engessamento das possibilidades de atuação, quanto essa polaridade da inserção do psicólogo na Escola não são formas apropriadas da atuação do Psicólogo Escolar, resta-se a pergunta: o que seria, então, uma forma de atuação do psicólogo que fuja do salvamento ou da condenação?

A essa indagação, Angeló (1984) lança a alternativa da atuação do psicólogo como um agente de mudanças. Portanto, posiciona o psicólogo como um elemento catalizador de reflexões acerca dos papéis representados pelos vários grupos que compõem a instituição. Então, atuar como agente de mudanças é uma ação que está além da preocupação com elencar e resolver problemas, sejam dificuldades dos alunos, dos professores ou da instituição. A atuação está direcionada a refletir sobre as práticas, sobre os discursos que circulam no *locus* de trabalho, sobre as formas como o processo ensino-aprendizagem acontece e como falhas na aprendizagem ou no comportamento dos alunos também refletem diferentes problemáticas, que não se limitam a fatores individuais, mas implicam as relações estabelecidas entre os vários atores que compõem a instituição escolar. Isto é, uma falha na própria instituição e o que fazer com essa hiância que se apresenta. Além disso, essa atuação tem como intuito principal:

[...] desfocar a atenção sobre o aluno como única fonte de dificuldades, como o único responsável e culpado pela crise geral pela qual a escola passa, proporcionando uma visão mais global e mais compreensiva desta crise, procurando considerar todos os seus aspectos e, conjuntamente, encontrar formas alternativas de enfrenta-las (Angeló, 1984, p. 46).

Cabe ressaltar que dentro da atuação como agente de mudanças, há também espaço para trabalhar a escuta dos casos que se apresentam na escola, mas que possuem suas demandas particulares, a fim de conduzir da melhor forma possível. Porém, é necessário que a instituição proporcione abertura a uma atuação delimitada dessa maneira, na qual um diagnóstico da realidade da escola possa ser feito para

planejar as formas de intervenção e de participação do psicólogo. Pode-se pensar, portanto, como um meio de abertura e como uma forma de compreender a história da instituição. Ademais, pensar sobre a participação do psicólogo no PPP, sendo este um instrumento que aglutina os objetivos, as missões e os pressupostos políticos e pedagógicos da escola, representando, então, a sua dinâmica cotidiana. Dessa forma, o momento de construção, de discussão e de reflexão do PPP de uma instituição mostra-se como o momento ideal para pensar as questões que surgem na escola e que refletem pontos a serem discutidos e trabalhados e o psicólogo, na posição de agente de mudanças, pode nortear, bem como propor métodos para repensar esse processo.

Nesse tocante, Wanderer & Pedroza (*apud* Amorim & Silva, 2014) discutem a importância do trabalho coletivo como sendo um mecanismo primordial que define o PPP. Ou seja:

[...] enfatizam o trabalho do psicólogo como um conhecimento sobre o desenvolvimento humano que auxilia no processo de entendimento das pessoas, podendo criar espaços de escuta, diálogo e reflexão emergindo uma escola democrática. O psicólogo atua como mediador na comunidade escolar auxilia no processo de significação dos conflitos surgidos no grupo atuando de forma crítica e politicamente consciente. Na posição de mediador proporciona a vivência com o outro e o desenvolvimento de formas de internalização da emoção (Wanderer & Pedroza *apud* Amorim & Silva, 2014, p. 2).

Posto isto, denota-se a relevância da participação do psicólogo na construção e na execução do PPP, visto que ele é o campo no qual os profissionais escolares/educacionais podem inserir as possibilidades de trabalho e de mudança social,

visando assim, a um crescimento e a uma aprendizagem democráticos (Amorim & Silva, 2014).

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: MEDIANDO AS RELAÇÕES ESCOLARES

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, de acordo com as informações obtidas a partir da leitura do documento e das entrevistas realizadas, foi construído pelo corpo docente e administrativo, sendo o mais recente datado no ano 2012. A base teórica expressa no projeto refere-se ao bilinguismo, isto é, ao suporte ao ensino em duas línguas Libras e Português, no caso do Brasil. No entanto, notou-se que tal referencial se aproxima mais de uma justificativa da manutenção desse tipo de instituição especial, mostrando-se como um embasamento da sua fundação, e não como um aporte teórico e metodológico de ensino e de compreensão de desenvolvimento dos níveis estudantis aos quais a escola atende. Não há, por exemplo, um aporte teórico que demonstre a sua compreensão sobre o desenvolvimento de pessoas com surdez, quais características específicas apresentam, que requerem um ensino especializado e diferenciado do ensino “regular” como crianças ouvintes. Também não foi possível observar menção sobre as questões metodológicas, teóricas, pedagógicas, psicológicas ou do funcionamento da escola quanto ao seu público-alvo.

Percebeu-se uma não correspondência entre o que está previsto e documentado no projeto e o que realmente acontece na escola. Por exemplo, as diferentes profissões e cargos que atuam na instituição, mas que não estão previstos no PPP, como tradutores-intérpretes, acompanhantes, psicopedagogos e estagiários.

Tal incongruência é relatada pelo Coordenador e pela Diretora como sendo o principal motivo da escola não retomar o projeto de modificação do PPP, haja vista

“*existirem questões mais sérias*” acontecendo na realidade da escola, segundo eles. Ambos declararam não haver previsão e nem sistematização para começarem a elaborar o novo projeto, que seria mais condizente com a realidade da instituição. No entanto, reafirmam que somente o corpo docente, os pedagogos e a parte administrativa comporão a banca de elaboração do novo PPP.

O PPP de uma escola constrói-se a partir da reflexão sobre as suas finalidades, bem como explana o seu papel social e define caminhos e ações a serem compreendidos na dinâmica escolar. Reunindo crenças, conhecimentos sobre a comunidade usuária, bem como sobre o contexto social e científico, o PPP constitui-se como um compromisso pedagógico e político para com a sociedade. Portanto, apresenta-se para a escola como um guia, como um norte que mostra por quais caminhos a mesma deve seguir e o que efetivamente ela faz para cumprir suas metas e mostrar-se eficiente no que se propõe. Sob essa ótica, Veiga (1998, p. 09) pontua que:

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social e clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem compreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. [...]. É, portanto, fruto de reflexão e investigação.

Veiga (1998; 2003) e Betini (2005) tocam em outro ponto importante: a supremacia da coletividade nessa construção. O PPP não tem como intuito uma construção vertical de forma arbitrária e

autoritária, mas o contrário, constitui-se como um momento do coletivo das horizontalidades, das discussões e das reflexões de todas as instâncias que compõem e participam da escola. Pinheiro (1998, p. 77) corrobora com tal proposição ao questionar sobre quais seriam os elementos que contribuiriam ou dificultariam a manutenção e a continuidade do PPP após sua implantação, afirmando que:

Surge uma nova preocupação orientadora deste estudo que vem juntar-se àquela referente às alterações geradas pelo próprio projeto e à possibilidade de sucesso resultante do trabalho realizado no interior da escola; questiona-se, também, sobre os procedimentos necessários à manutenção de uma proposta que resulta da reflexão e do trabalho coletivo dos profissionais da educação em torno de um projeto específico. A primeira parte [...] situa o projeto político-pedagógico como elemento articulador da organização do trabalho pedagógico; em seguida, apresenta-se a opção pelo estudo dos aspectos constitutivos da organização do trabalho pedagógico por meio de três eixos orientadores da observação e da análise realizada – gestão, currículo e avaliação. Para condução desta análise, a organização do trabalho coletivo é o referencial para a reflexão sobre esses três elementos.

Além da importância da construção coletiva do projeto, Betini (2005) chama a atenção para a relevância de acompanhá-lo como uma prática no âmbito escolar, a fim de não o tornar inócuo na/para a escola ou, como aponta Veiga (2003), que o PPP não represente relações reguladoras, mas que seja instrumento emancipatório na instituição. O modo compartimentalizado e, conseqüentemente, individualizado de se

pensar, construir e exercer o PPP propicia um modo instrumental e técnico do projeto, ofuscando, então, as reais relações e demandas da comunidade usuária (Betini, 2005; Pinheiro, 1998; Veiga, 1998; 2003):

[...] a visão individual e segmentada sobre a educação, resultado de uma rotina compartimentalizada, isolada e afastada de uma reflexão conjunta que, alimentada pela própria organização do sistema escolar, opõe-se à construção de um modelo orientador da prática pedagógica em função de objetivos *da e para* a escola. (Pinheiro, 1998, p. 85).

Posto isto, o projeto político-pedagógico apresenta-se como o guia, como o norte da escola, bem como representa a visão, as metas e as estratégias operacionalizadas, tanto para as atividades pedagógicas e para os demais profissionais da educação, inclusive da psicologia escolar, quanto para as funções administrativas. Portanto, denota-se que o PPP atua como fator proporcionador da escola como instituição atuante na sociedade, e não como mera reprodução de conhecimentos. Ou seja, “[...] faz parte do planejamento e da gestão escolar. [...] Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão” (Betini, 2005, p. 38).

REVERBERAÇÕES DA EXPERIÊNCIA

A partir dessa experiência e das leituras a ela vinculadas, foi possível perceber que o psicólogo no âmbito escolar/educacional é capaz de facilitar a produção de sentidos de demandas e situações da instituição, bem como de fomentar discussões acerca das metanarrativas que contribuem para um engessamento das relações escolares. Posto isto, o papel do psicólogo na escola, seja em uma escola de ensino

regular ou em uma instituição de educação especial, como a visitada, gira em torno de considerar as singularidades dos espaços e de procurar ser foro de reflexão e pesquisa acerca das dificuldades e das possibilidades de intervenção, posicionando-se não como um agente externo ou como um agente que deverá solucionar sozinho todas as questões problemáticas ou difíceis de serem tratadas no ambiente escolar, mas, sim, implicando toda a escola nesse processo, o que significa correlacionar e responsabilizar os diversos profissionais atuantes. Além disso, o papel do psicólogo concerne, nesse sentido, a uma atuação que envolve alunos, professores e outros agentes da instituição, bem como a articulação com a família e com outras instâncias sociais que são igualmente responsáveis pela realidade dos escolares daquele ambiente.

Por fim, cabe-se ressaltar que o propósito desse trabalho está direcionado a repensar questões relativas à atuação no campo da Psicologia Escolar e Educacional e evidenciar a necessidade de reflexão sobre o papel do psicólogo escolar com a construção e execução do PPP, a partir do que ele poderá contribuir para a reposição de demandas da escola acerca de sua atuação. Também implica um posicionamento frente aos problemas que surgem no contexto escolar e uma responsabilização para com alunos e demais agentes desse organismo institucional.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. F. C. (1998). O papel da escola na educação e prevenção em saúde mental. *Estilos da Clínica*, 3(4), 112-119.
- Amorim, B. M. O. & Silva, P. A. (2014). Psicologia e projeto político pedagógico: evidências de uma relação. *CONEDU*, 1, 1-5.
- Angeló, C.S.A. (1984). O papel do psicólogo escolar. *Psicologia, ciência e profissão*, 1, 43-47.
- Betini, G. A. (2005). A construção do projeto político-pedagógico da escola. *EDUC@ção – Rev. Ped. – UNIPINHAL*, 1(3), 37-44.
- Pinheiro, M. E. (1998). A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. In: Veiga, I. P. A. & Resende, L. M. G. (Orgs.). *Escola: Espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus.
- Rocha, M. L. (1999). A formação na interface Psicologia/Educação: novos desafios. In: Vilela & Mancebo (Orgs.). *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Veiga, I. P. A. (1998). Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: Veiga, I. P. A. & Resende, L. M. G. (Orgs.). *Escola: Espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus.
- Veiga, I. P. A. (2003). Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cad. Cedes*, v. 23, n. 61, p. 267-281.

RECEBIDO EM: 09-04-2016

APROVADO EM: 09-06-2016